

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2017

TRT21RN TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

**Técnico Judiciário
Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O diálogo construtivo é a base para a resolução de conflitos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

Toda utopia, desde a criação do termo por Thomas Morus, há quinhentos anos, anda junto com um projeto de urbanização. É difícil planejar uma cidade e resistir à tentação de formular um projeto de sociedade. Mais que isso, se Severo Sarduy tem razão ao afirmar que a cidade passa a ser cartografada, quando, durante a Renascença, deixa de ser imediatamente visível em sua inteireza, quando escapa ao olhar direto, então o ato de cartografar a cidade é simultâneo ao de planejá-la. Ver a cidade como um todo e criá-la nova obedecem a um mesmo movimento.

É conhecida a oposição que, em Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda tece entre as cidades da América hispânica e as da América portuguesa. As cidades hispano-americanas são como tabuleiros de xadrez: planejadas, com ruas perpendiculares. Já as cidades brasileiras são semeadas nas montanhas e nos vales, seguindo ritmos naturais, que não são os das linhas retas. Pois o Brasil central tem uma presença mais intensa das retas e perpendiculares, bem como do planejamento urbano, mas que talvez só uma vez, com a construção da capital federal, esteja vinculado a um projeto de nova sociedade. O Brasil central e tardio rompe com o Brasil colonial, "atrasado". O exemplo mais significativo dessa mudança está no modo como o antigo estado de Goiás gerou três capitais que correspondem a três momentos diferentes do planejamento urbano.

A primeira é Goiânia, fundada em 1933. É uma cidade moderna, planejada, mas não é utópica. A segunda é a capital do país. Construída ao longo da segunda metade da década de 1950, Brasília é, sim, uma cidade utópica. Desde seu projeto inicial, pretendeu-se efetuar uma mudança nas relações entre as pessoas que lá fossem viver; isso se tentou com dificuldade e com fracassos, porém, de qualquer forma, houve, em Brasília, um projeto utópico. Já a terceira capital retirada do antigo território goiano é Palmas, fundada em 1989, onde há planejamento, mas a utopia sumiu. Sessenta anos de história marcam, assim, a trajetória da utopia no país. Esse período, entre o governo Vargas e a Constituição de 1988, assinala a ascensão e a queda de um projeto utópico.

A palavra utopia é polissêmica. Salientamos alguns de seus aspectos: o princípio teórico para a resolução dos males do mundo, o planejamento, a urbanização. Mas a utopia não se esgota neles. Ela pode ser sinônimo de irrealismo – e, portanto, algo positivo (o sonho, o impossível) ou negativo (o impossível, o devaneio). Pode ser o que nos leva a romper com o convencional, impelindo-nos à ação, e pode ser o que nos impede de agir, prendendo-nos ao imaginário.

(Adaptado de: RIBEIRO, Renato Janine. **A boa política: Ensaios sobre a democracia na era da internet**. Edição Digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2017)

1. Consideradas as ideias expostas no texto, depreende-se corretamente:

- (A) Devaneio ou sonho, a utopia, *sinônimo de irrealismo*, pode ter efeitos negativos quando nos leva a romper com as regras firmadas pela sociedade, em busca de um ideal dificilmente atingível.
- (B) Apesar de as cidades já serem cartografadas desde que foram fundadas, a infraestrutura dos aglomerados urbanos começou a ser idealizada apenas a partir do período renascentista, com ganhos para a organização social e o convívio.
- (C) As três cidades mencionadas no terceiro parágrafo representam exemplos de utopia urbana, ainda que existam pontos negativos a respeito de seu planejamento.
- (D) Houve um projeto utópico na construção de Brasília, visto que havia já em seu projeto inicial a intenção de *efetuar uma mudança nas relações entre as pessoas que lá fossem viver*.
- (E) As cidades da América portuguesa, que se desenvolveram *seguindo ritmos naturais, que não são os das linhas retas*, são mais humanizadas e utópicas do que as cidades hispano-americanas.

2. Considere as afirmações abaixo:

- I. O sentido da frase *As cidades hispano-americanas são como tabuleiros de xadrez: planejadas, com ruas perpendiculares* (2º parágrafo) permanecerá o mesmo, caso se substitua o sinal de dois-pontos por vírgula, seguida de "ainda que".
- II. Infere-se que, por estar atrelado a um projeto de transformação social, o planejamento urbano de Brasília representa o rompimento do Brasil colonial, "atrasado", com o Brasil central e tardio.
- III. Existe equivalência de sentido entre as seguintes frases: *A palavra utopia é polissêmica* // O termo utopia admite múltiplos significados.

Está correto o que se consta em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) III.
- (E) II.



3. Pois o Brasil central tem uma presença mais intensa das retas e perpendiculares... (2º parágrafo)

No contexto, o elemento sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo do sentido, por:

- (A) *Por conseguinte*, seguido de vírgula.
- (B) *Porque*
- (C) *No entanto*, seguido de vírgula.
- (D) *Uma vez que*
- (E) *Apesar de*

4. *É difícil planejar uma cidade e resistir à tentação de formular um projeto de sociedade.*

O sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso o verbo sublinhado acima seja substituído por:

- (A) não acatar.
- (B) driblar.
- (C) controlar.
- (D) superar.
- (E) não sucumbir.

5. *Sessenta anos de história marcam, assim, a trajetória da utopia no país.*

Transpondo-se a frase acima para a **voz passiva**, a forma verbal resultante será:

- (A) foram marcados.
- (B) foi marcado.
- (C) são marcados.
- (D) foi marcada.
- (E) é marcada.

6. Mantém-se a correção na seguinte redação alternativa para um segmento do texto:

- (A) O autor atribue ao período que data desde o governo Vargas e a Constituição de 1988, à ascensão e à queda de um projeto utópico.
- (B) Opõe-se na obra *Raízes do Brasil* as cidades da América hispânica e as da América portuguesa.
- (C) Planejadas, as cidades hispano-americanas, que se assemelha a um tabuleiro de xadrez, possuem ruas perpendiculares.
- (D) Espalhada por entre montanhas e vales que seguem ritmos naturais, as linhas retas não são características das cidades da América portuguesa.
- (E) Observa-se que toda utopia, desde o momento em que a palavra foi cunhada, há quinhentos anos, é acompanhada de um projeto de urbanização.

Atenção: As questões de números 7 a 11 referem-se ao texto abaixo.

É compreensível imaginar que, dentro do contexto de uma arte de tantos séculos como o teatro, o clichê “nada se cria, tudo se copia” já seja uma máxima. Alguns estudiosos da dramaturgia dizem que tal frase é perfeitamente aplicável. O curioso, no entanto, é constatar a rapidez com que o cinema, que tem menos de 120 anos de vida, tem incorporado essa máxima.

No século 21, é em Hollywood que essa tendência aparece com maior força. Praticamente todos os sucessos de bilheteria da indústria cinematográfica norte-americana são adaptações de quadrinhos, livros, videogames ou programas de TV que fizeram sucesso. A indústria da adaptação tornou-se tão forte que existe uma massa de escritores com contratos fixos com alguns estúdios, o que significa que escrevem obras literárias já pensando em sua adaptação para o cinema. O roteiro original, portanto, tornou-se um artigo de luxo no cinema norte-americano.

Em Hollywood, tal fenômeno é compreensível. A razão para que haja uma alta sem precedentes das adaptações é o medo do risco em tempos de crise econômica, que faz com que os estúdios apostem em histórias já testadas e aprovadas por leitores. Essa estratégia, apesar de não garantir êxito de bilheteria, reduz o risco de apostar todas as fichas em histórias inéditas.

No Brasil, as adaptações também viraram moda, uma vez que, nos primeiros anos do século 21, os filmes mais comentados vieram de livros e outras formas de expressão artística.

(Adaptado de: BALLERINI, Franthiesco. **Cinema Brasileiro no Século 21: reflexões de cineastas, produtores, distribuidores, exibidores, artistas, críticos e legisladores sobre os rumos da cinematografia nacional**. Edição digital. São Paulo: Summus Editorial, 2012)

7. Considerando-se o contexto, identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, entre:

- (A) o temor do risco em tempos de crise econômica // o aumento dos roteiros adaptados no cinema norte-americano.
- (B) a escassez de roteiros originais no cinema norte-americano // o temor do risco em tempos de crise econômica.
- (C) o aumento dos roteiros adaptados no cinema norte-americano // a garantia de sucesso nas bilheterias dos cinemas.
- (D) o fortalecimento da indústria da adaptação no cinema // a criação da máxima “nada se cria, tudo se copia”.
- (E) a moda das adaptações no Brasil // o fato de os filmes mais conhecidos terem vindo de obras literárias.



8. Substituindo-se o segmento sublinhado pelo que está entre parênteses, sem que nenhuma outra modificação seja feita, a frase que permanecerá correta está em:
- (A) Alguns estudiosos (Grande parte dos teóricos) *da dramaturgia dizem que tal frase é perfeitamente aplicável.*
 - (B) No Brasil, as adaptações (a tendência a recorrer a adaptações) *também viraram moda...*
 - (C) ... os filmes mais comentados (a lista de filmes que gerou mais comentários) *vieram de livros e outras formas de expressão artística.*
 - (D) A indústria da adaptação (Os roteiros adaptados) *tornou-se tão forte que...*
 - (E) ... existe uma massa de escritores (diversos escritores) *com contratos fixos...*

9. A frase em que há uso adequado do sinal indicativo de crase encontra-se em:
- (A) A tendência de recorrer à adaptações aparece com maior força na Hollywood do século 21.
 - (B) É curioso constatar a rapidez com que o cinema agregou à máxima.
 - (C) A busca pela segurança leva os estúdios à apostarem em histórias já testadas e aprovadas.
 - (D) Tal máxima aplica-se perfeitamente à criação de peças de teatro.
 - (E) Há uma massa de escritores presos à contratos fixos em alguns estúdios.

10. O segmento em que se observa uma conclusão a que se chegou a partir das ideias expostas na oração anterior está em:
- (A) *... o cinema, que tem menos de 120 anos de vida...* (1º parágrafo)
 - (B) *... uma vez que [...] os filmes mais comentados vieram de livros e outras formas de expressão artística.* (último parágrafo)
 - (C) *Essa estratégia, apesar de não garantir êxito de bilheteria...* (3º parágrafo)
 - (D) *... dentro do contexto de uma arte de tantos séculos como o teatro...* (1º parágrafo)
 - (E) *O roteiro original, portanto, tornou-se um artigo de luxo no cinema norte-americano.* (2º parágrafo)

11. *... que faz com que os estúdios apostem em histórias já testadas e aprovadas por leitores.*

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o sublinhado acima encontra-se em:

- (A) *... as adaptações também viraram moda...*
 - (B) *A razão para que haja uma alta sem precedentes das adaptações...*
 - (C) *A indústria da adaptação tornou-se tão forte...*
 - (D) *... que essa tendência aparece com maior força.*
 - (E) *... programas de TV que fizeram sucesso.*
12. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) A produção cinematográfica como é sabido, sempre bebeu na fonte da literatura, mas o cinema declarou-se, independente das outras artes há mais de meio século.
 - (B) Sabe-se que, a produção cinematográfica sempre considerou a literatura como fonte de inspiração, mas o cinema declarou-se independente das outras artes, há mais de meio século.
 - (C) Há mais de meio século, o cinema declarou-se independente das outras artes, embora a produção cinematográfica tenha sempre considerado a literatura como fonte de inspiração.
 - (D) O cinema declarou-se independente, das outras artes, há mais de meio século; porém, sabe-se, que a produção cinematográfica sempre bebeu na fonte da literatura.
 - (E) A literatura, sempre serviu de fonte inspiradora do cinema, mas este, declarou-se independente das outras artes há mais de meio século – como é sabido.

13. I, no cinema, alguns críticos e intelectuais que, como o russo Sergei Eisenstein, II, conhecimento teórico sobre a linguagem cinematográfica e, em determinado momento, III colocar suas teorias em prática.

(Adaptado de: BALLERINI, Frantiesco. *Op. cit.*)

Preenchem corretamente as lacunas I, II e III da frase acima, na ordem dada:

- (A) Surge – possuíram – decidirão
- (B) Surgiram – possuíam – decidiram
- (C) Surgirão – possuíam – decida
- (D) Havia surgido – possuíassem – decidirão
- (E) Surgem – possuam – haveria de decidir



Atenção: As questões de números 14 a 16 referem-se ao texto abaixo.

O que quer dizer civilização do espetáculo? É a civilização de um mundo onde o primeiro lugar na tabela de valores é ocupado pelo entretenimento, onde divertir-se, escapar do tédio, é a paixão universal. Esse ideal de vida é perfeitamente legítimo. Mas transformar em valor supremo essa propensão natural à diversão tem consequências inesperadas: banalização da cultura, generalização da frivolidade e, no campo da informação, a proliferação do jornalismo irresponsável da bisbilhotice e do escândalo.

O que fez o Ocidente ir resvalando para uma civilização desse tipo? O bem-estar que se seguiu aos anos de privações da Segunda Guerra Mundial e à escassez dos primeiros anos pós-guerra. Depois dessa etapa duríssima, seguiu-se um período de extraordinário desenvolvimento econômico. As classes médias cresceram e a mobilidade social se intensificou. O bem-estar e o espaço ocupado pelo ócio no mundo desenvolvido constituíram notável estímulo para as indústrias da diversão, promovidas pela publicidade, mestra de nosso tempo. Não se entediar e evitar o que perturba e angustia passou a ser, para setores sociais cada vez mais amplos da pirâmide social, o preceito de toda uma geração, aquilo que Ortega y Gasset chamava de "espírito de nosso tempo".

(Adaptado de: LLOSA, Mario Vargas. **A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura**. Edição digital. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012)

14. Atente para as afirmações abaixo:

- I. No primeiro parágrafo, o autor aponta para algumas das consequências negativas do modo de vida estabelecido na chamada civilização do espetáculo, como o aumento do jornalismo irresponsável e o temor ao tédio.
- II. O surgimento da publicidade é apontado no texto como responsável pela banalização da cultura, fenômeno que se acentua a partir do crescimento das classes médias na segunda metade do século XX, que passaram a consumir cada vez mais produtos industrializados em detrimento da erudição.
- III. No texto, questiona-se a tese de que a paixão universal pela diversão seja decorrência do desenvolvimento econômico observado após a Segunda Guerra Mundial, uma vez que a ela se seguiu um período de notável escassez.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

15. Traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *generalização da frivolidade* = acomodação da flexibilidade
- (B) *a mobilidade social se intensificou* = fundamentou a escala hierárquica
- (C) *o preceito de toda uma geração* = a precaução de todo um período histórico
- (D) *constituíram notável estímulo* = tornaram-se vultoso incentivo
- (E) *propensão natural à diversão* = pretensão espontânea para a variedade

16. No segundo parágrafo,

- (A) os elementos sublinhados em *As classes médias cresceram* e *a mobilidade social se intensificou* exercem a mesma função sintática.
- (B) o segmento *para setores sociais cada vez mais amplos da pirâmide social* exprime noção de finalidade.
- (C) o ponto de interrogação da primeira frase pode ser suprimido, por se tratar de pergunta retórica.
- (D) o segmento sublinhado em *seguiu-se um período de extraordinário desenvolvimento econômico* é complemento verbal de "seguir".
- (E) O segmento *mestra de nosso tempo* restringe o sentido do termo "publicidade".



17. A banalização da cultura é perceptível no mundo atual.

O desejo de escapar do tédio pode ser legítimo.

O entretenimento ocupa lugar de destaque no mundo atual.

As frases acima articulam-se com clareza, coerência e correção em:

- (A) Não deixa de ser legítimo o desejo de escapar do tédio, mesmo que o entretenimento ocupa lugar de destaque, no mundo atual, tornando perceptível a banalização da cultura.
- (B) O entretenimento que ocupa lugar de destaque no mundo atual, cuja banalização da cultura é perceptível, e onde o desejo de escapar do tédio pode ser legítimo.
- (C) Ainda que o desejo de escapar do tédio pode ser legítimo, o entretenimento, mesmo assim, ocupa lugar de destaque no mundo atual, onde a banalização da cultura é perceptível.
- (D) Embora possa ser legítimo o desejo de escapar do tédio, é perceptível a banalização da cultura no mundo atual, em que o entretenimento ocupa lugar de destaque.
- (E) Assim como o entretenimento ocupa lugar de destaque, no mundo atual, cuja a banalização da cultura é perceptível, o desejo de escapar do tédio pode ser legítimo.

Atenção: As questões de números 18 e 19 referem-se ao texto abaixo.

Natal mudou em 1942. A chegada das tropas norte-americanas à capital potiguar trouxe dinheiro e desenvolvimento. Em troca, a cidade cedeu sua posição geográfica, considerada estratégica para o poderio militar dos EUA. Afinal, na América do Sul, Natal é o ponto mais próximo dos continentes europeu e africano.

"Os EUA precisavam de um ponto de apoio que permitisse abastecer e seguir direto para a África", explicou o professor de história Luís Eduardo Suassuna. Foi por suprir esta necessidade que Natal se transformou no "trampolim da vitória" para os EUA. Os aviões vinham deste país, abasteciam em Natal e ficavam prontos para fazer a travessia do Atlântico.

(Adaptado de: HOLDER, Caroline. Disponível em: g1.globo.com)

18. "Os EUA precisavam de um ponto de apoio que permitisse abastecer e seguir direto para a África"...

Sem prejuízo da correção e do sentido, o segmento sublinhado acima pode ser substituído por:

- (A) em que possibilitasse
- (B) cujo possibilitasse
- (C) onde fosse possível
- (D) do qual possibilitasse
- (E) ao qual fosse possível

19. *Os aviões vinham deste país, abasteciam em Natal e ficavam prontos para fazer a travessia do Atlântico.*

Transformando-se o que se afirma acima em uma **hipótese**, os verbos devem assumir as seguintes formas:

- (A) vieram – abasteceram – ficaram
- (B) viriam – abasteceriam – ficariam
- (C) tinham vindo – teriam abastecido – ficarão
- (D) vieram – tivessem abastecido – ficavam
- (E) viriam – haviam abastecido – ficaram

20. Respeitando-se as normas de redação do Manual da Presidência da República, a frase correta é:

- (A) Solicito a Vossa Senhoria que verifique a possibilidade de implementação de projeto de treinamento de pessoal para operar os novos equipamentos gráficos a serem instalados em seu setor.
- (B) Venho perguntar-lhe, por meio desta, sobre a data em que Vossa Excelência pretende nomear vosso representante na Comissão Organizadora.
- (C) Digníssimo Senhor: eu venho por esse comunicado, informar, que será organizado seminário, sobre o uso eficiente de recursos hídricos, em data ainda a ser definida.
- (D) Haja visto que o projeto anexo contribue para o desenvolvimento do setor em questão, informamos, por meio deste Ofício, que será amplamente analisado por especialistas.
- (E) Neste momento, conforme solicitação enviada à Vossa Senhoria anexo, não se deve adotar medidas que possam comprometer vossa realização do projeto mencionado.

**Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

21. A Lei nº 10.098/2000 estabelece algumas definições, dentre elas, a definição de comunicação. Assim, para os fins da mencionada Lei, comunicação é a forma de interação dos cidadãos e abrange, entre outras opções, as descritas a seguir, EXCETO:
- (A) o sistema de sinalização ou de comunicação tátil.
 - (B) a linguagem simples, obrigatoriamente na forma oral.
 - (C) a visualização de textos.
 - (D) os dispositivos multimídia.
 - (E) os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação.
-
22. A "Rodo X" é empresa concessionária de transporte coletivo, constituída no ano de 2005, e presta serviços na cidade de Palmas. Ocorre que os veículos da referida empresa não estão cumprindo a exigência de reservar assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo. Além disso, a maioria desses veículos não foi planejada de forma a facilitar o acesso das pessoas portadoras de deficiência. Nos termos da Lei nº 10.048/2000, a conduta praticada pela empresa sujeitará os responsáveis à multa de
- (A) R\$ 50.000,00, independentemente da quantidade de veículos sem as condições narradas no enunciado.
 - (B) R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00, por veículos sem as condições narradas no enunciado.
 - (C) R\$ 500,00 a R\$ 2.500,00, por veículos sem as condições narradas no enunciado.
 - (D) R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00, por veículos sem as condições narradas no enunciado.
 - (E) R\$ 500.000,00, independentemente da quantidade de veículos sem as condições narradas no enunciado.
-
23. A propósito das disposições concernentes ao direito à saúde da pessoa com deficiência, previstas na Lei nº 13.146/2015, considere:
- I. É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário.
 - II. É assegurada a participação da pessoa com deficiência na elaboração das políticas de saúde a ela destinadas.
 - III. É assegurado atendimento segundo normas éticas e técnicas, que regulamentarão a atuação dos profissionais de saúde e contemplarão aspectos relacionados aos direitos e às especificidades da pessoa com deficiência, incluindo temas como sua dignidade e autonomia.
 - IV. A Lei nº 13.146/2015 traz as diretrizes a serem observadas nas ações e serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência, como, por exemplo, campanhas de vacinação e atendimento psicológico. Tais diretrizes aplicam-se, exclusivamente, às instituições públicas de saúde e às privadas que participem de forma complementar do SUS.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) III e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) I, III e IV.
-
24. Considere:
- I. Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
 - II. Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva.
 - III. Planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva.
 - IV. Articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.
- Nos termos da Lei nº 13.146/2015, às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se, obrigatoriamente, o descrito em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) III e IV, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II e IV, apenas.



25. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, para colocação do símbolo internacional de acesso nos veículos, as empresas de transporte coletivo de passageiros dependem da certificação de acessibilidade emitida, obrigatoriamente, pelo
- (A) Procurador-Geral do Estado.
 - (B) Procurador-Geral da República.
 - (C) Presidente da República.
 - (D) gestor público responsável pela prestação do serviço.
 - (E) Ministro das Relações Exteriores.
-
26. Nos termos da Lei nº 8.899/1994, o passe livre
- (A) não se destina às pessoas portadoras de deficiência.
 - (B) destina-se a todas as pessoas portadoras de deficiência, independentemente de qualquer outro requisito legal.
 - (C) é concedido às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual.
 - (D) é concedido às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, exclusivamente no sistema de transporte coletivo intermunicipal.
 - (E) é concedido somente às pessoas portadoras de deficiência maiores de sessenta anos.
-
27. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, dentre os requisitos a serem observados na inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, considere:
- I. Colocação competitiva, o que compreende apenas a igualdade de oportunidades com as demais pessoas com deficiência.
 - II. Fornecimento de recursos de tecnologia assistiva.
 - III. Adaptação razoável no ambiente de trabalho.
- Está correto o que consta em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) I e III, apenas.
-
28. Considere:
- I. O comportamento de Maria limitou a participação social de determinada pessoa com deficiência.
 - II. O comportamento de João limitou o exercício do direito de acesso à informação de determinada pessoa com deficiência.
 - III. O comportamento de Joaquim impediu o exercício do direito de liberdade de expressão de determinada pessoa com deficiência.
- Nos termos da Lei nº 10.098/2000, especificamente no que concerne à definição de “barreiras” constante do citado diploma legal,
- (A) nenhuma das situações é exemplo de barreira.
 - (B) apenas a situação I traz exemplo de barreira.
 - (C) apenas as situações I e II trazem exemplos de barreira.
 - (D) todas as situações são exemplos de barreiras.
 - (E) apenas a situação III traz exemplo de barreira.
-
29. Nos termos da Lei nº 7.853/1989, que dispõe sobre normas de apoio à pessoa portadora de deficiência e sua integração social, o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar,
- (A) obrigatoriamente superior a 20 dias úteis.
 - (B) que será, no máximo, de 5 dias úteis.
 - (C) que será, no máximo, de 3 dias úteis.
 - (D) obrigatoriamente superior a 15 dias úteis.
 - (E) não inferior a 10 dias úteis.
-
30. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, a assistência social à pessoa com deficiência
- (A) destina-se à garantia de seguranças fundamentais no enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de risco, por fragilização de vínculos e ameaça ou violação de direitos.
 - (B) pode ou não envolver conjunto articulado de serviços do âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.
 - (C) envolve serviços prestados apenas no âmbito da Proteção Social Especial.
 - (D) não se destina à pessoa com deficiência em situação específica de dependência, vez que, nesse caso, são assegurados outros meios de auxílio.
 - (E) não se destina à família da pessoa com deficiência, haja vista a característica da personalidade que norteia os serviços assistenciais.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. No tocante ao Poder Judiciário, à luz da Constituição Federal,
- (A) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, sendo vedado à lei limitar a presença, em determinados atos, às partes e a seus advogados.
 - (B) o Poder Executivo não poderá reduzir unilateralmente, na fase de consolidação do projeto de Lei Orçamentária Anual, o orçamento proposto pelo Poder Judiciário, desde que esse tenha sido elaborado e enviado com observância de limites, forma e prazo estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) ao Conselho Nacional de Justiça compete o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
 - (D) a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas em quaisquer juízos e tribunais, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.
 - (E) ao Supremo Tribunal Federal compete homologar sentenças estrangeiras e conceder *exequatur* às cartas rogatórias.
-
32. Dois sindicatos distintos, ambos com base territorial no município de São Paulo, consideram-se legítimos representantes de uma determinada categoria profissional, invocando o direito de atuar em nome dessa, em questões judiciais e administrativas. Considerando o disposto na Constituição Federal, o conflito entre os sindicatos em questão poderá ser resolvido mediante
- (A) propositura de ação perante a Justiça federal, com a finalidade de ver declarado o legítimo representante da categoria.
 - (B) celebração de acordo entre os sindicatos envolvidos na disputa, por meio do qual seja pactuado que ambos são legítimos representantes da categoria, desde que no acordo fiquem delimitadas com precisão as áreas do município que representarão as bases territoriais de cada uma das entidades contendentes.
 - (C) propositura de ação perante a Justiça do Trabalho com a finalidade de ver declarado o legítimo representante da categoria.
 - (D) livre escolha dos empregadores dos integrantes da categoria profissional em questão, que poderão decidir com qual das entidades em disputa desejarem negociar, vedada no entanto a negociação de um único empregador com dois sindicatos distintos que possuam a mesma base territorial.
 - (E) edição de lei específica que defina o legítimo representante da categoria em questão, bem como sua base territorial.
-
33. João foi contratado por tempo determinado, mediante processo seletivo simplificado, para atuar junto a órgão da Administração direta, integrante do Poder Executivo de certo Estado, a fim de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. À luz do disposto na Constituição, a remuneração de João
- (A) não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, embora possa ser superior ao do Governador do Estado respectivo.
 - (B) não poderá exceder o subsídio mensal do Governador do Estado respectivo.
 - (C) não estará sujeita ao limite aplicável aos servidores ocupantes de cargos efetivos, uma vez que foi contratado por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
 - (D) terá como limite o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado respectivo, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, do Presidente da República, que funciona como limite para a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
-
34. Diante da disciplina dos Direitos e Garantias fundamentais na Constituição Federal,
- (A) somente são assegurados direitos fundamentais às pessoas físicas, uma vez que esses decorrem diretamente do princípio da dignidade da pessoa humana.
 - (B) o rol de direitos e garantias fundamentais é taxativo, não sendo admitida a existência de direitos e garantias que não estejam expressamente previstos na Constituição, ainda que decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou previstos em tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
 - (C) os direitos fundamentais podem sofrer limitações impostas pela própria Constituição, assim como pelo legislador ordinário, quando autorizado a tanto por aquela.
 - (D) somente são assegurados direitos individuais e coletivos aos brasileiros, sejam eles natos ou naturalizados, e não aos estrangeiros.
 - (E) os direitos assegurados pela Constituição aos trabalhadores urbanos e rurais não se aplicam aos domésticos, uma vez que as atividades desempenhadas por essa categoria se encontram disciplinadas por legislação própria.



35. De acordo com a disciplina constitucional atinente às matérias sujeitas à competência legislativa concorrente,
- (A) a competência da União limitar-se-á ao estabelecimento de normas gerais, cabendo aos Estados o exercício da competência suplementar, por meio da expedição de normas específicas, editadas em face das peculiaridades regionais. Inexistindo, porém, lei federal sobre normas gerais, os Estados não poderão exercer a sua competência suplementar.
 - (B) União, Estados e Distrito Federal possuem competência para discipliná-las plenamente, prevalecendo a norma que for editada por último, tendo em vista que essa revogará as demais, naquilo em que for com elas incompatível, independentemente do ente que a tenha editado.
 - (C) os Estados somente terão competência para discipliná-las caso a União não o faça em prazo razoável, quando então poderão editar normas específicas, aplicáveis unicamente nos limites dos respectivos territórios, as quais serão automaticamente revogadas na superveniência de lei federal.
 - (D) a competência da União limitar-se-á ao estabelecimento de normas gerais, cabendo aos Estados o exercício da competência suplementar, por meio da expedição de normas específicas, editadas em face das peculiaridades regionais. Inexistindo, porém, lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, ficando, no entanto, revogada a lei estadual na superveniência de lei federal sobre normas gerais.
 - (E) a competência da União limitar-se-á ao estabelecimento de normas gerais, cabendo aos Estados o exercício da competência suplementar, por meio da expedição de normas específicas, editadas em face das peculiaridades regionais. Inexistindo, porém, lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. A superveniência de lei federal sobre normas gerais, no entanto, suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrária.

36. À luz do disposto na Constituição da República e do quanto já decidido pelo Supremo Tribunal Federal, considere:

- I. João, por residir em cidade não abrangida pela jurisdição de nenhuma Vara do Trabalho, ingressou com reclamação trabalhista perante a Vara Cível local, à qual a lei havia atribuído a jurisdição trabalhista. Proferida a sentença, João não se contentou com o conteúdo dessa. Assim, pretendendo impugná-la, deverá apresentar recurso dirigido ao Tribunal Regional Federal, competente para rever as decisões dos juízes que integram a sua estrutura.
- II. Tendo sido prejudicada por decisão de natureza precária proferida por Tribunal Regional do Trabalho em ação que deveria ter sido proposta perante o Tribunal Superior do Trabalho – TST, a União poderá buscar desconstituir a decisão em questão mediante a apresentação de reclamação perante o TST.
- III. José, que mantém vínculo empregatício com entidade autárquica integrante da Administração indireta de determinado Estado, regido pelo regime celetista, entende que as verbas a que faz jus não estão sendo corretamente pagas. Desejando propor ação com a finalidade de questionar o comportamento da autarquia, deverá fazê-lo perante a Justiça do Trabalho.
- IV. No curso de uma greve, os empregados de empresa do setor automobilístico que aderiram ao movimento paralisando a produção, no intuito de pressionar seu empregador pelo atendimento de suas reivindicações, invadem e ocupam as instalações da linha de montagem dessa empresa, paralisando completamente suas atividades produtivas. Objetivando retomar sua produção, assim como a posse de suas instalações, a empresa deverá ajuizar ação possessória perante a Justiça Comum.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

37. Tendo sido aprovado em concurso público de provas e títulos, Jorge passou a ocupar cargo de provimento efetivo. Após alguns anos de efetivo exercício do cargo, Jorge recebe R\$ 800,00 a título de vencimentos básicos e R\$ 400,00 a título de adicionais temporais. Considerando um salário mínimo legal hipotético de R\$ 1.100,00

- (A) não há que se falar em ofensa à Constituição da República, uma vez que o valor total da remuneração recebida por Jorge é superior ao salário mínimo legal.
- (B) Jorge recebe mensalmente quantia menor que a que lhe seria devida, uma vez que seus vencimentos básicos são inferiores ao salário mínimo legal, fazendo jus a uma diferença de R\$ 300,00 por mês.
- (C) conquanto receba vencimentos básicos inferiores ao salário mínimo, Jorge não faz jus a nenhuma diferença, uma vez que está submetido a regime estatutário e os direitos elencados na Constituição, inclusive o salário mínimo, somente se aplicam aos empregados públicos.
- (D) Jorge recebe mensalmente quantia menor que a que lhe seria devida, já que seus vencimentos básicos são inferiores ao salário mínimo legal, porém, apenas faz jus a uma diferença de R\$ 100,00 por mês, pois os adicionais temporais podem ser computados para fins de análise do respeito ao salário mínimo até um limite de 25% dos vencimentos básicos.
- (E) Jorge não faz jus a nenhuma diferença, uma vez que os direitos elencados na Constituição somente se aplicam aos empregados do setor privado.



38. Em face da disciplina constitucional do direito de greve, bem como à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria,
- (A) a greve realizada por servidores públicos estatutários vinculados à Administração direta poderá ser encerrada mediante a celebração de convenção coletiva que conceda o reajuste pleiteado pela categoria em greve.
 - (B) aos servidores públicos é vedado o exercício do direito de greve, uma vez que ainda não restou editada lei específica definindo os termos e limites em que tal direito poderá ser exercido.
 - (C) por se tratar de um direito fundamental, o direito de greve deve ser considerado cláusula pétrea e, portanto, não pode sofrer nenhuma espécie de restrição imposta pelo legislador ordinário.
 - (D) a Constituição, ao definir como essenciais as atividades relacionadas à assistência médica, à educação, ao transporte coletivo, à segurança pública, às telecomunicações e à guarda de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares, veda o exercício do direito de greve por parte dos trabalhadores que desempenham tais atividades.
 - (E) o direito de greve não é ilimitado, podendo sofrer restrições impostas pelo legislador ordinário, a quem cabe definir os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
-
39. Alegando a necessidade de reduzir custos, o Presidente da República promove a extinção de 10.000 funções e cargos públicos da Administração direta federal que estavam vagos, por meio de decreto, sem que existisse lei autorizando-o a tanto. Referido decreto é
- (A) compatível com a Constituição, uma vez que, estando as funções e cargos públicos vagos, o Presidente da República possui competência para extingui-los mediante decreto.
 - (B) incompatível com a Constituição, pois a criação, a transformação e a extinção de cargos e empregos públicos são medidas inseridas na competência do Congresso Nacional, exercida por meio de lei.
 - (C) incompatível com a Constituição, na medida em que o Presidente da República, para que pudesse adotar tal medida, dependeria de autorização do Congresso Nacional, concedida por meio de resolução.
 - (D) compatível com a Constituição, uma vez que são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração, de maneira que ele pode dispor livremente acerca de tais matérias, inclusive por decreto.
 - (E) incompatível com a Constituição, uma vez que é vedada a edição de decreto sem amparo em lei anterior.
-

Noções de Direito Administrativo

40. Jonas é Secretário Municipal de Saúde e decidiu implementar um programa de medicina preventiva, com visita domiciliar periódica às comunidades carentes, com vistas a diminuir a ocorrência de doenças crônicas evitáveis e, assim, reduzir atendimentos de emergências e urgências hospitalares em decorrência daquelas. Além disso, a medida ensejou a redução de gastos para o ente federado, tendo em vista que o custo do contrato de atendimento médico domiciliar representava menor impacto que as despesas hospitalares. Implantado o programa, que contava com o cadastramento do público alvo residente na região previamente demarcada, foram colhidos resultados extremamente significativos, com relevante amostragem de redução de acidentes cardio e cérebro vasculares. Em regular fiscalização da execução contratual, foi identificado que havia munícipes incluídos no programa que eram familiares do Prefeito, diretos e indiretos, e que não preenchiam os requisitos para integrar o cadastro de beneficiários do programa, o que
- (A) configura ato de improbidade, na modalidade que gera enriquecimento ilícito ao autor do ato, dispensando-se prova do dolo ou da culpa do Prefeito e de eventual prejuízo ao erário.
 - (B) não configurará ilegalidade ou imoralidade, no caso de ser mantida a redução, ou seja, o valor dispendido com os atendimentos no Hospital.
 - (C) pode configurar ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração pública, não sendo necessária prova de culpa ou dolo.
 - (D) pode tipificar ato de improbidade que causa prejuízo ao erário em sendo demonstrada conduta culposa do Prefeito, não sendo necessária demonstração de dolo.
 - (E) consubstancia-se em ato de improbidade que gera enriquecimento ilícito o que necessariamente exige comprovação de culpa e de prejuízo ao erário.
-
41. Diferem os órgãos públicos dos entes integrantes da Administração indireta
- (A) no que concerne à necessidade de realização de licitação, obrigatória apenas para a Administração direta e para os entes da Administração indireta dotados de personalidade jurídica de direito público.
 - (B) quanto ao regime jurídico contratual, tendo em vista que os contratos firmados pelos entes da Administração indireta submetem-se ao regime jurídico privado.
 - (C) no que se refere à personalidade jurídica, tendo em vista que somente os entes que integram a Administração pública indireta são dotados de personalidade jurídica própria.
 - (D) no que se refere ao regime jurídico de seus servidores, sendo obrigatória prévia submissão a concurso público de provas e de provas e títulos para os servidores públicos da Administração direta.
 - (E) quanto ao trâmite de processos administrativos, tendo em vista que os princípios que regem a Administração pública somente incidem quando se trata dos processos administrativos relativos à Administração direta.
-



42. Durante inspeção a um laboratório e fábrica de produtos veterinários, os agentes da Administração pública competente constataram em um exemplar, a utilização de determinado insumo não mais autorizado. Em razão disso, lavraram auto de infração e de apreensão de todos os produtos da mesma categoria. Os donos do laboratório insurgiram-se contra a medida que
- (A) excedeu os limites do poder de polícia que compete à Administração pública em razão da apreensão das mercadorias, o que demandaria autorização judicial.
 - (B) não poderia ter sido realizada sem prévia submissão a processo judicial, salvo se houvesse expressa previsão em decreto autônomo da Administração pública.
 - (C) configurou regular exercício de poder disciplinar, que se estende não só em relação aos servidores públicos, mas também em direção daqueles que travarem relações jurídicas com o poder público.
 - (D) constitui regular exercício de poder de polícia pela Administração pública, cuja atuação pode prever medidas preventivas e repressivas de urgência, a fim de garantir a segurança e a saúde dos administrados.
 - (E) deveria estar integral e expressamente prevista na legislação que trata da competência de fiscalização da Administração pública em matéria de vigilância sanitária, não se admitindo adoção de medidas acautelatórias e de urgência.
-
43. Mateus é servidor público federal classificado em uma repartição onde há grande movimento de público para atendimento. Aproximando-se a data em que Mateus completaria o tempo de serviço necessário para aposentadoria, sua chefia imediata identificou que há tempos ele vinha recebendo montantes em dinheiro de particulares para arquivar processos de cobrança de multas impostas administrativamente. Foi instaurado procedimento administrativo disciplinar contra Mateus, mas durante o trâmite das apurações ele veio a requerer sua aposentadoria por tempo de serviço. Em razão disso,
- (A) eventual comprovação de autoria da infração, nos autos do processo disciplinar, posteriormente à aposentadoria do servidor enseja a substituição da pena de demissão pela de cassação de aposentadoria.
 - (B) ficam obstados o processamento e a concessão de sua aposentadoria, já que a infração precedeu a aquisição do tempo para inatividade, ficando suspensa a contagem de tempo de serviço.
 - (C) o processo administrativo prossegue regularmente e a aposentadoria, ainda que já concedida, fica anulada no caso de constatação de autoria da infração, aplicando-se a penalidade de demissão.
 - (D) fica extinta sua punibilidade, já que a infração praticada pelo servidor é punida com demissão, que se tornou inócua diante da aposentadoria do mesmo.
 - (E) comuta-se a pena passível de ser aplicável, passando de demissão para expulsão, independentemente da conclusão do processo administrativo, hipótese em que ficam interrompidos os pagamentos de proventos ou de vencimentos.
-
44. A aquisição pela Administração pública de computadores, PC e *notebooks*, para os servidores públicos responsáveis por operar o sistema de cobrança da dívida ativa,
- (A) deve se dar por meio de inexigibilidade de licitação, tendo em vista que cada operador demandará características e especificações próprias, impedindo a realização do certame pelo tipo menor preço.
 - (B) pode se dar por meio de concorrência pública, desde que o valor não ultrapasse R\$ 150.000,00, situação que demanda prévia instalação de procedimento preparatório de licitação.
 - (C) depende de adequada especificação do que pretender adquirir, bem como de uniformidade entre as repartições, razão pela qual a Administração deve lançar mão da utilização do sistema de registro de preços.
 - (D) deve se dar por meio de pregão presencial, não sendo permitido, contudo, incluir no edital as especificações técnicas pretendidas, imperando apenas a lógica do menor preço.
 - (E) pode se dar por meio de pregão, independentemente do valor da aquisição, desde que seja permitido descrever objetivamente o objeto da aquisição e os requisitos buscados, com a devida justificativa, sem que para isso seja necessária indicação de marca.
-
45. As cláusulas exorbitantes presentes nos contratos administrativos não retiram sua característica de comutatividade, porque
- (A) são regidas pelo direito privado no que concerne às alterações, razão pela qual são admitidas somente de modo consensual.
 - (B) a possibilidade de alteração unilateral dos referidos contratos pela Administração pública também garante ao contratado a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, de forma a não haver enriquecimento ilícito em desfavor do mesmo.
 - (C) somente podem ser invocadas diante da comprovação de que as intervenções promovidas no contrato ensejarão modificação do seu objeto econômico financeiro.
 - (D) são previstas de forma isonômica para a Administração pública contratante, bem como para os contratados, a exemplo da prerrogativa de rescisão unilateral.
 - (E) são aplicáveis diante da ocorrência de determinados eventos que já tenham desequilibrado o contrato, de forma que a finalidade daquelas cláusulas é restabelecer a equação econômico-financeira original.



46. Dentre as espécies de atos administrativos,
- (A) a homologação não possui natureza jurídica de ato administrativo de efeitos concretos, tendo em vista que não constitui direitos, prestando-se a dar publicidade a ato administrativo anteriormente praticado.
 - (B) os atos administrativos vinculados não conferem direitos subjetivos, já que estes advêm diretamente da lei, independentemente da edição daqueles.
 - (C) alguns atos administrativos praticados demandam análise de adequação com os requisitos legais para sua emissão, o que, em sendo constatado, é reconhecido por meio de homologação.
 - (D) os atos administrativos discricionários são editados ou não conforme margem de liberdade dada ao Administrador público, tal como ocorre com as licenças.
 - (E) a admissão de pessoal possui natureza jurídica de contrato administrativo, vez que forma vínculo definitivo entre empregador e Estado.
-
47. É princípio orientador das atividades desenvolvidas pela Administração pública, seja por intermédio da Administração direta, seja pela Administração indireta, sob pena de irrisignação judicial, a
- (A) impessoalidade, tanto na admissão de pessoal, sujeita à exigência de prévio concurso público de provas ou de provas e títulos para preenchimento de cargos, empregos públicos, quanto na prestação dos serviços em geral pela Administração pública, vedado qualquer direcionamento.
 - (B) legalidade, que impede que a Administração pública se submeta a atos normativos infralegais.
 - (C) moralidade, desde que associada a outros princípios e regras previstos em nosso ordenamento jurídico.
 - (D) eficiência, que impede a contratação direta de serviços pela Administração pública, garantindo a plena competição entre os interessados e sempre o menor preço para o erário público.
 - (E) publicidade, que exige a publicação em Diário Oficial da íntegra dos atos e contratos firmados pela Administração, além da motivação de todos os atos administrativos unilaterais.
-

Noções de Direito do Trabalho

48. Osmar, Pintor a pistola, trabalha na Metalúrgica 2 Pinos S/A, que possui trezentos empregados. Pretende se candidatar ao cargo de representante dos empregados na nova modalidade de comissão de representação de empregados, com a finalidade de promover o entendimento direto com seu empregador. Tendo em vista a Lei nº 13.467/2017,
- (A) nesta modalidade não está prevista a estabilidade provisória no emprego, razão pela qual, mesmo eleito, Osmar poderá ser despedido a qualquer momento.
 - (B) Osmar não poderá sofrer despedida arbitrária somente se for eleito para o cargo de representante dos empregados, até um ano após o fim do mandato.
 - (C) Osmar não poderá sofrer despedida arbitrária, desde o registro de sua candidatura até um ano após o fim do mandato.
 - (D) Osmar poderá sofrer despedida arbitrária, desde que eleito e homologada a rescisão contratual pelo sindicato profissional.
 - (E) Osmar não poderá sofrer despedida arbitrária, desde o registro de sua candidatura até dois anos após o fim do mandato.
-
49. No tocante ao trabalho em regime de tempo parcial e de acordo com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.467/2017, considere:
- I. Entende-se por trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais.
 - II. Pode haver a prestação de horas extras neste regime desde que a duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.
 - III. Não é facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.
 - IV. As horas suplementares da jornada de trabalho normal poderão ser compensadas diretamente até a semana imediatamente posterior à da sua execução, devendo ser feita a sua quitação na folha de pagamento do mês subsequente, caso não sejam compensadas.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.



50. Luiz, marceneiro, 59 anos de idade, foi informado pela sua empregadora, a Fábrica de Cadeiras Xaxá Ltda., que gozaria suas férias vencidas de forma fracionada em três períodos, sendo o primeiro de 14 dias, com início em 13/11/2017, uma 2ª feira. Sabendo que Luiz labora oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, de acordo com a CLT, alterada pela Lei nº 13.467/2017,
- (A) Luiz deve concordar com o fracionamento de suas férias, sendo que os demais períodos não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.
 - (B) Luiz, mesmo concordando com o fracionamento, não poderá gozá-las desta forma, uma vez que aos maiores de 50 anos somente é possível o gozo de férias concedidas de uma só vez.
 - (C) Luiz deve concordar com o fracionamento de suas férias, e também que o início em dois dias que antecedem feriado não é óbice para gozá-las.
 - (D) o pagamento das férias, de cada período, bem como do abono pecuniário, será efetuado até cinco dias antes do início do respectivo período.
 - (E) Luiz não precisa concordar com o fracionamento e só terá direito de gozar trinta dias de férias se contar com até seis faltas injustificadas em seu período aquisitivo de férias.
-
51. Determinada categoria econômica e profissional está em fase de negociação coletiva, e, nesta hipótese, estão sendo debatidas as cláusulas da convenção coletiva a ser celebrada. Considerando o que dispõe a Lei nº 13.467/2017, constitui(em) objeto ilícito de convenção coletiva e de acordo coletivo de trabalho, a supressão ou a redução do(s) seguinte(s) direito(s):
- (A) banco de horas anual.
 - (B) teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente.
 - (C) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
 - (D) enquadramento do grau de insalubridade.
 - (E) participação nos lucros ou resultados da empresa.
-
52. Considerando a Lei nº 13.467/2017, NÃO integram a remuneração do empregado, não se incorporando ao contrato de trabalho e não constituindo base de incidência de qualquer encargo trabalhista, EXCETO
- (A) o auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro.
 - (B) as gratificações legais.
 - (C) as diárias para viagem.
 - (D) os prêmios.
 - (E) a ajuda de custo.
-
53. Mario presta serviços com subordinação, mas sem continuidade, havendo alternância de períodos de prestação de serviços e inatividade, determinados em horas, dias ou meses. Ênio assume os riscos de sua atividade econômica, não possui subordinação e presta serviços sem exclusividade, de forma contínua ou não. Finalmente, Joaquim foi contratado verbalmente, possuindo subordinação, horário de trabalho a cumprir e salário fixo mensal, prestando serviços no local do contratante.
- Considerando a legislação vigente e as alterações introduzidas pela Lei nº 13.467/2017, as modalidades de trabalho de Mario, Ênio e Joaquim são classificadas, respectivamente, como sendo
- (A) trabalho em regime de tempo parcial, avulsa e contrato individual de trabalho.
 - (B) autônoma, intermitente e contrato individual de trabalho.
 - (C) contrato individual de trabalho, intermitente e autônoma.
 - (D) avulsa, autônoma e intermitente.
 - (E) intermitente, autônoma e contrato individual de trabalho.
-
54. Leôncio é vendedor da loja de Auto Peças Sorte Sua Ltda., sendo obrigado pelo seu empregador a usar uniforme com a logomarca da loja, que consiste em uma camisa que muda de cor a cada mês: pode ser azul, verde, vermelha, rosa ou laranja. O empregado recebe a vestimenta sem qualquer ônus. No mês em que o uniforme possui cor da qual desgosta, Leôncio recusa-se a usá-lo, utilizando sua própria vestimenta no local de trabalho. Tendo em vista a doutrina, a legislação vigente, bem como as alterações introduzidas pela Lei nº 13.467/2017,
- (A) o uso obrigatório de uniforme deve fazer parte do regulamento interno da empresa, com registro no Ministério do Trabalho, razão pela qual, se não estiverem satisfeitas tais exigências, pode Leôncio se recusar a utilizá-lo.
 - (B) Leôncio pode se recusar a usar o uniforme da empresa se assim preferir, uma vez que a definição da vestimenta no meio ambiente laboral deve ser tomada em conjunto, entre empregado e empregador.
 - (C) Leôncio é obrigado a usar o uniforme imposto pelo empregador, desde que este seja o responsável pela sua higienização, ou seja, arque com os custos da lavagem.
 - (D) cabe ao empregador definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa, razão pela qual Leôncio não pode se recusar a utilizá-lo.
 - (E) Leôncio pode se recusar a utilizar o uniforme se, além da logomarca da empresa, constarem outras de empresas parceiras, uma vez que não é empregado destas.



55. Alice, repositora no Supermercado Alegria Ltda. manifestou sua intenção de rescindir seu contrato de trabalho por prazo indeterminado, pedindo para ser feito um acordo com seu empregador. Tendo em vista as novas disposições introduzidas pela Lei nº 13.467/2017, o contrato de trabalho
- (A) poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, sendo devido apenas o saldo de salário e as férias vencidas acrescidas de 1/3, podendo Alice sacar 80% do valor dos depósitos do FGTS e ingressar no Programa de Seguro-Desemprego.
 - (B) não poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, uma vez que as verbas trabalhistas representam direitos indisponíveis.
 - (C) poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, não sendo devido o aviso prévio, sendo que as demais verbas trabalhistas serão devidas em sua integralidade, podendo Alice sacar 80% do valor dos depósitos do FGTS, sem direito à indenização sobre o seu saldo e não podendo ingressar no Programa de Seguro-Desemprego.
 - (D) poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, sendo devido metade do aviso prévio, se indenizado, e metade da indenização sobre o saldo do FGTS e as demais verbas trabalhistas em sua integralidade, podendo sacar 80% do valor dos depósitos do FGTS, não podendo ingressar no Programa de Seguro-Desemprego.
 - (E) não poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, necessitando, para tanto, obrigatoriamente de autorização do Ministério do Trabalho para sua homologação.

Noções de Direito Processual do Trabalho

56. Eliane move reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora Empresa Limpa Tudo Ltda. e a Concessionária de Veículos Ande Bem Ltda., sendo esta a tomadora de seus serviços terceirizados. Encerrada a instrução processual, foi proferida sentença, julgando procedente em parte a ação e condenando a Concessionária como responsável subsidiária no pagamento das verbas deferidas à reclamante, que não obteve êxito em seu pedido de danos morais. No tocante aos prazos processuais e já esgotado o prazo para interposição de Embargos de Declaração, segundo jurisprudência do TST, bem como o disposto pela Lei nº 13.467/2017,
- (A) todos possuem prazo comum de oito dias contínuos e irrelevantes, podendo, entretanto, ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.
 - (B) Eliane possui prazo de oito dias úteis, mas as reclamadas possuem prazos sucessivos, após o prazo de Eliane de oito dias úteis para interposição de Recurso Ordinário, tendo em vista que são litisconsortes passivos com procuradores distintos, devendo cumpri-lo primeiramente a Empresa Limpa Tudo Ltda. e posteriormente a Concessionária de Veículos.
 - (C) todos possuem prazo comum de oito dias úteis para interposição de Recurso Ordinário, não importando a existência de litisconsórcio passivo, com procuradores distintos.
 - (D) Eliane possui prazo de oito dias contínuos e irrelevantes para interposição de Recurso Ordinário, sendo que as reclamadas possuem prazo em dobro, tendo em vista o litisconsórcio com procuradores diferentes.
 - (E) Eliane e sua ex-empregadora Empresa Limpa Tudo Ltda. possuem o prazo de oito dias úteis para interposição de Recurso Ordinário, sendo que a tomadora dos serviços terceirizados de limpeza, por ter sido condenada de forma subsidiária, terá o prazo de oito dias úteis posterior ao prazo das duas para interposição de Recurso Ordinário.
57. O Banco Fortuna S/A preferiu que o preposto Carlos, empregado em Belo Horizonte, fosse representá-lo em audiência da reclamação trabalhista movida na cidade de Natal. Carlos se encantou com as praias do local e chegou atrasado para a audiência UNA designada, tendo comparecido o advogado da empresa, munido de procuração e juntado contestação oportunamente. Tendo em vista a legislação vigente, alterada pela Lei nº 13.467/2017,
- (A) somente será decretada a revelia ao reclamado, sendo vedado o recebimento da contestação e documentos eventualmente apresentados, que serão desentranhados.
 - (B) não será decretada a revelia, nem a confissão quanto à matéria de fato ao reclamado, mas, ainda que ausente o preposto, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.
 - (C) somente será aplicada a confissão quanto à matéria de fato ao reclamado, mas, ainda que ausente o preposto, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.
 - (D) será decretada a revelia e a confissão quanto à matéria de fato ao reclamado, sendo vedado o recebimento da contestação e documentos eventualmente apresentados, que serão desentranhados.
 - (E) será decretada a revelia, além da confissão quanto à matéria de fato ao reclamado, mas, ainda que ausente o preposto, presente o advogado na audiência, deverão ser aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.



58. Margarida moveu reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora Lanches Master Tudo Ltda. para cobrança de diferenças de horas extras, no valor total de R\$ 20.000,00. Tendo em vista a legislação vigente,
- (A) somente será possível a interposição de recurso de revista nesta reclamação por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.
 - (B) somente será possível a interposição de recurso ordinário nesta reclamação por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.
 - (C) somente será possível a interposição de recurso de revista nesta reclamação por violação direta da Constituição Federal.
 - (D) somente será possível a interposição de recurso ordinário nesta reclamação por violação direta da Constituição Federal.
 - (E) não é possível a interposição de recurso nesta reclamação, sob nenhum fundamento, tendo em vista sua celeridade.
-
59. Em determinada execução trabalhista com trânsito em julgado, cujo valor devido é de R\$ 10.000,00, foram esgotados todos os meios amigáveis para satisfação do julgado, razão pela qual o exequente requereu ao juiz do trabalho a penhora sobre a totalidade da renda do estabelecimento comercial da executada, a Loja de Bolos da D. Nenê Ltda. Para tanto, alegou que não tinha interesse na penhora do automóvel da sócia que foi penhorado e que seria suficiente para satisfazer a dívida. Neste caso, com base no entendimento jurisprudencial do TST,
- (A) não é possível a penhora sobre a renda do estabelecimento comercial da executada em sede trabalhista, devendo a exequente indicar outros meios para prosseguimento da execução.
 - (B) o juiz deverá determinar primeiramente a penhora do automóvel, antes de deferir a penhora sobre a renda do estabelecimento comercial, por se tratar de bem penhorável e suficiente para satisfazer o crédito executado.
 - (C) o juiz deverá acolher o pedido da exequente, nos termos pretendidos, sendo que o crédito trabalhista se sobrepõe à atividade empresarial da executada, não importando que terá a totalidade da renda do estabelecimento penhorada.
 - (D) não é possível o acolhimento do pedido da exequente, por ser a executada uma empresa de pequeno ou médio porte, caso em que a penhora sobre a renda do estabelecimento comercial não é prevista.
 - (E) o juiz deverá acolher o pedido da exequente, limitando o percentual a 90% da renda, o que será suficiente para o desenvolvimento regular das atividades empresariais, sendo que o crédito trabalhista se sobrepõe à atividade empresarial da executada.
-
60. Maria Helena, nascida em Florianópolis/SC, prestou serviços em Porto Alegre/RS, para a empresa Vencedora Produtos de Beleza Ltda., tendo sido dispensada sem justa causa. Tendo Maria Helena retornado a sua cidade natal, ingressou, nesta cidade, com ação trabalhista em face da sua ex-empregadora, pleiteando diferenças de horas extras e indenização por danos morais. Antes da realização da audiência UNA designada, no prazo de cinco dias a contar do recebimento da notificação, a reclamada, por meio de Processo Judicial Eletrônico, apresentou exceção de incompetência territorial. Neste caso, e tendo em vista o disposto pela Lei nº 13.467/2017,
- (A) será suspenso o processo e, após cumpridas as formalidades legais, será decidida a exceção de incompetência territorial, quando o processo retomar seu curso, com a designação de audiência, a apresentação de defesa e a instrução processual perante o juízo competente.
 - (B) a exceção de incompetência territorial só pode ser apresentada na audiência UNA designada, sendo uma das modalidades de resposta do réu, juntamente com a contestação e a reconvenção, razão pela qual não será apreciada de imediato.
 - (C) somente a exceção de suspeição poderá ser suscitada antes da data da audiência, quando então haverá a suspensão do processo para sua decisão, após cumpridas as formalidades legais.
 - (D) o juiz não receberá a exceção de incompetência territorial, uma vez que a mesma deve ser apresentada em até cinco dias antes da data da realização da audiência designada, sob pena de preclusão.
 - (E) somente será suspenso o processo e decidida a exceção de incompetência territorial se Maria Helena, intimada para tanto, concordar com tal procedimento, senão, aguardar-se-á a audiência designada.
-
61. Ângela, cuidadora de idosos, moveu reclamação em face de D. Irene, de quem cuidava, pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento de horas extras, férias + 1/3 e 13º salários entre outros. A reclamação foi julgada PROCEDENTE EM PARTE, com a condenação fixando o valor de R\$ 10.000,00, bem como as custas processuais em R\$ 200,00. Sabendo-se que o valor do depósito recursal é de R\$ 9.189,00, e, de acordo com o disposto pela Lei nº 13.467/2017, para que D. Irene possa ingressar com Recurso Ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho,
- (A) deverá comprovar depósito recursal no valor de R\$ 5.000,00 e custas processuais no valor de R\$ 200,00.
 - (B) deverá comprovar depósito recursal no valor de R\$ 4.594,50 e custas processuais no valor de R\$ 200,00.
 - (C) não precisará comprovar depósito recursal, somente custas processuais no valor de R\$ 200,00.
 - (D) deverá comprovar depósito recursal no valor de R\$ 4.594,50 e custas processuais no valor de R\$ 100,00.
 - (E) deverá comprovar depósito recursal no valor de R\$ 5.000,00 e custas processuais no valor de R\$ 100,00.



62. No tocante ao ônus da prova, de acordo com a Lei nº 13.467/2017, considere:
- I. Nos casos previstos em lei ou sendo impossível ou excessivamente difícil para a parte cumprir seu ônus probatório, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, fundamentando sua decisão desde logo ou deixando para fazê-lo na sentença, uma vez que se trata de decisão interlocutória.
 - II. A decisão do juiz de atribuir o ônus da prova de modo diverso deverá ser proferida antes da abertura da instrução e, a requerimento da parte, implicará o adiamento da audiência, possibilitando provar fatos por qualquer meio em direito admitido.
 - III. A decisão do juiz de atribuir o ônus da prova de modo diverso não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.
 - IV. A decisão do juiz de atribuir o ônus da prova de modo diverso deverá ser proferida após a abertura da instrução e sempre implicará no adiamento da audiência, independentemente do requerimento da parte, possibilitando provar fatos por qualquer meio em direito admitido.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I e III.

63. Olívia ajuizou reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora, mas não compareceu à audiência UNA designada, acarretando o arquivamento da ação. O juiz deferiu-lhe os benefícios da justiça gratuita, mas condenou-a ao pagamento de custas processuais calculadas na forma da lei. Se Olívia tiver a intenção de ajuizar nova reclamação
- (A) deverá comprovar o pagamento das custas processuais da ação arquivada, uma vez que poderia ter justificado sua ausência na própria audiência, por meio de seu advogado ou representante legal.
 - (B) não precisará comprovar o pagamento das custas processuais da ação arquivada, uma vez que é beneficiária da justiça gratuita, sendo sua única finalidade a perda, pelo prazo de 9 meses do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.
 - (C) deverá comprovar o pagamento das custas processuais da ação arquivada ou comprovar em quinze dias do arquivamento que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável, requerendo sua isenção do pagamento.
 - (D) não precisará comprovar o pagamento das custas processuais da ação arquivada, uma vez que é beneficiária da justiça gratuita, sendo sua única penalidade a perda, pelo prazo de 6 meses do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.
 - (E) poderá ingressar novamente com reclamação, requerendo, preliminarmente, que o juiz isente-a do pagamento das custas processuais da ação arquivada, comprovando que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável.

Noções de Orçamento Público

64. Vários princípios orçamentários estão dispostos na Constituição Federal. O texto constitucional estabelece que, segundo o princípio da
- (A) legalidade, lei de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerá o orçamento anual.
 - (B) anualidade, lei de iniciativa do Poder Executivo estabelecerá o orçamento anual.
 - (C) exclusividade, todas as receitas e despesas deverão ser incluídas na Lei Orçamentária Anual.
 - (D) universalidade, a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
 - (E) exclusividade, a Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para abertura de crédito adicional suplementar.
65. A Lei nº 4.320/1964, ao disciplinar o princípio orçamentário da especificação, determina que a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras. É exceção legal a essa regra a possibilidade de consignação de dotação global de despesas que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução. Essa possibilidade se refere a
- (A) programas especiais de trabalho.
 - (B) juros da dívida pública.
 - (C) contribuições de previdência social.
 - (D) concessões de empréstimos.
 - (E) auxílios para inversões financeiras.
66. A Constituição Federal, ao tratar dos projetos de lei para os instrumentos de planejamento orçamentário, estabelece que devem ser apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional. Essa norma constitucional abrange, expressamente, a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual e os projetos de lei referentes a
- (A) restos a pagar.
 - (B) gastos com assistência social.
 - (C) créditos adicionais.
 - (D) suprimento de fundos.
 - (E) dívida ativa.



67. O projeto da Lei Orçamentária Anual é um instrumento de planejamento aditável, ou seja, pode ser alterado por meio de emendas, que somente podem ser aprovadas se houver a indicação dos recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de
- (A) operação de crédito.
 - (B) anulação de despesa.
 - (C) antecipação da receita orçamentária.
 - (D) recebimento de dívida ativa.
 - (E) renegociação de precatórios.
-
68. Conforme o estabelecido na Constituição Federal, os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, desde que haja prévia e específica autorização legislativa, mediante créditos adicionais
- (A) especiais, suplementares ou extraordinários.
 - (B) especiais, apenas.
 - (C) suplementares, apenas.
 - (D) especiais ou suplementares, apenas.
 - (E) extraordinários, apenas.
-
69. A Constituição Federal permite a apresentação de emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, limitadas a 1,2% da receita corrente líquida, sendo que metade desse percentual será para ações e serviços públicos de saúde, VEDADA a destinação para
- (A) pagamento de pessoal ou encargos sociais.
 - (B) acordos com entidades do terceiro setor.
 - (C) pagamento de restos a pagar.
 - (D) aquisição de equipamentos.
 - (E) locação de imóveis.
-
70. Em uma situação hipotética, um TRT realizou despesas no exercício de 2016, mas que não foram pagas até 31 de dezembro desse mesmo ano. Essas despesas devem ser classificadas contabilmente nos balanços de 2016 como
- (A) dívida ativa.
 - (B) restos a pagar.
 - (C) antecipação da receita orçamentária.
 - (D) postergação da despesa orçamentária.
 - (E) operação de crédito atípica.
-
71. A verificação que tem por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação, é
- (A) a fixação de dotação de despesa.
 - (B) a reserva de dotação.
 - (C) o empenhamento da despesa.
 - (D) a liquidação da despesa.
 - (E) o pagamento da despesa.
-

Noções de Administração

72. Suponha que determinada empresa, integrante da Administração pública federal, que atua no mercado em regime de competição, pretenda implementar metodologia de gestão de pessoas por competências. Para tanto, uma das etapas fundamentais que referida empresa precisa aplicar corresponde a
- (A) instituição de programas de desligamento incentivado para redução do quadro e otimização da mão de obra remanescente.
 - (B) indicação das lacunas (*gaps*) entre a posição atualmente ocupada pela empresa no mercado concorrencial e aquela que almeja atingir.
 - (C) mapeamento das competências existentes em outras empresas potencialmente competidoras e captação de especialistas.
 - (D) treinamento dos gerentes ou líderes da empresa para aplicação dos métodos de gestão de Tecnologia da Informação – TI próprios dessa metodologia.
 - (E) identificação das competências técnicas e comportamentais necessárias para a realização das atividades executadas em cada um dos postos de trabalho de entidade.
-



73. A motivação é um dos temas que tem merecido estudo dada sua relevância no âmbito das organizações para a consecução dos seus objetivos. Entre as diferentes teorias que buscam explicar o tema, destaca-se a preconizada por Abraham Maslow, conhecida como teoria da hierarquia das necessidades humanas, a qual
- (A) considera que cada indivíduo possui necessidades e expectativas próprias e que somente serão motivados se identificada e observada a hierarquia entre as mesmas.
 - (B) ranqueia as necessidades humanas em forma piramidal, tendo em sua base aquelas que necessitam ser primeiramente atendidas, tais como as fisiológicas, ligadas à sobrevivência do indivíduo.
 - (C) elenca as necessidades consideradas universais para o ser humano e aponta a correlação entre cada necessidade e o aspecto motivacional por ela ativado.
 - (D) propõe um diagnóstico do grupo que se pretende motivar para identificar e atender às necessidades contingenciais correspondentes, que podem variar de acordo com o ambiente.
 - (E) preconiza que as necessidades mais básicas não interferem na motivação, sendo necessário, para ativar o estágio motivacional, acessar as de nível superior, tais como autorrealização.
-
74. Os conceitos de missão e visão de uma organização, comumente utilizados na etapa de diagnóstico institucional em diferentes metodologias de planejamento estratégico e de gestão, correspondem, respectivamente,
- (A) ao cenário externo, consistente em ameaças e oportunidades;
ao cenário interno, consistente nas forças e fraquezas da organização.
 - (B) à percepção interna, dos integrantes da organização, sobre seus principais atributos;
à percepção externa, dos clientes e da sociedade, sobre as características da organização.
 - (C) às metas de curto prazo estabelecidas para a organização;
às metas e objetivos de longo prazo, ligados à perenidade da organização.
 - (D) aos objetivos estratégicos da organização, representados por indicadores;
às metas representativas dos resultados pretendidos pela organização.
 - (E) à razão de existir da organização, contemplando sua essência e seus propósitos;
ao futuro almejado pela organização, contemplando a forma como pretende ser reconhecida.
-
75. Entre as metodologias consagradas de avaliação de desempenho, existem aquelas executadas a partir de medidas objetivas e, de outro lado, as baseadas em critérios subjetivos, que envolvem a percepção do avaliador. As que contemplam peso relevante no papel do avaliador possuem, como ponto NEGATIVO, a possibilidade de distorções, como, por exemplo,
- (A) efeito halo, ou tendência à generalização, que ocorre quando o avaliador nivela o julgamento do avaliado ao da média do grupo.
 - (B) leniência, quando o avaliador apresenta-se muito rigoroso, maximizando os erros do avaliado.
 - (C) recenticidade, quando o avaliador leva em conta aspectos pessoais, de predileção ou persecutórios, no resultado apresentado.
 - (D) tendência central, quando o avaliador, por medo de errar ou se comprometer, apresenta resultados sempre medianos e nunca muito bons ou muito ruins em relação aos avaliados.
 - (E) equidade, quando o avaliador projeta aspectos próprios, ou que apenas ele julga relevantes, na execução das avaliações, levando a distorções que colocam todos os avaliados em um mesmo patamar.
-
76. A mudança é um aspecto da inovação nas organizações abordado de forma central no âmbito do desenvolvimento organizacional. As ações de desenvolvimento organizacional relacionadas com os processos de mudança englobam, por exemplo, a retroação de dados, que corresponde
- (A) ao descongelamento, assim entendido como a fase inicial do processo de mudança, no qual as antigas práticas são abandonadas.
 - (B) à denominada análise transacional, que visa ao autodiagnóstico das relações interpessoais presentes no processo.
 - (C) a uma técnica de mudança de comportamento que proporciona aprendizagem de novos dados a respeito de si mesmo, do grupo ou da dinâmica de toda a organização.
 - (D) ao recongelamento, ou etapa final do processo de mudança, no qual ocorre a integralização e estabilização das mudanças.
 - (E) ao diagnóstico preliminar à implementação do processo de mudança, efetuado pela aplicação de um questionário para identificar os principais erros da organização.



77. Considere, abaixo, as diferenças comumente apontadas pelos doutrinadores entre cultura e clima organizacional:
- I. O clima é passível de avaliação, representando percepções, opiniões e sentimentos, enquanto a cultura contempla aspectos como valores e crenças.
 - II. O clima, por sua natureza psicológica, é mais enraizado na organização, sendo assim de mais difícil modificação que a cultura.
 - III. A cultura apresenta aspectos apenas formais e fechados, enquanto o clima apresenta apenas aspectos informais e abertos.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) I.

78. Segundo Mary Parker Follet, citada por Francisco Lacombe, “a administração é a arte de fazer coisas por meio de pessoas”. Acrescenta o autor que “a essência do papel do administrador é obter resultados pelo desempenho da equipe que ele supervisiona e coordena” (in: Teoria Geral da Administração, Saraiva, p. 3). Nesse diapasão, podem ser segmentadas, para fins de sistematização, algumas atividades próprias da função de administrar, entre elas a coordenação, que compreende, entre seus mecanismos

- (A) a avaliação de resultados, aplicada nos níveis gerenciais, que não implicam relação de subordinação.
- (B) as atividades corretivas, objetivando o atingimento dos objetivos estratégicos.
- (C) o denominado ajuste espontâneo, por meio da coordenação voluntária entre os membros da organização.
- (D) a definição da estratégia de atuação, com fixação de objetivos de longo prazo, obtida a partir de dinâmicas de grupo.
- (E) o planejamento em nível operacional, com estabelecimento de indicadores e metas, fixado pelos escalões superiores da organização.

79. Suponha que determinada entidade integrante da Administração pretenda avaliar o desempenho de seus membros, utilizando metodologia de avaliação de fácil aplicação. Entre as disponíveis, optou por metodologia que contempla o registro de aspectos de comportamento considerados extremos: excepcionalmente positivos ou negativos. Trata-se de método denominado

- (A) Incidentes Críticos.
- (B) Avaliação Bipolar.
- (C) Escolha Forçada.
- (D) Comparação Binária.
- (E) *Balanced Scorecard* – BSC.

80. Os conceitos de governança e governabilidade, embora não coincidentes, são indissociáveis e complementares, sendo aplicados, cada qual, em diferentes contextos. Nesse sentido, considere:

- I. Governança, em uma de suas acepções, representa o modo como as organizações são administradas e controladas e como interagem com as partes interessadas.
- II. Governabilidade refere-se às condições substantivas do exercício do poder e legitimidade do governo, derivada da relação com a sociedade.
- III. Governança e governabilidade podem ser fundidas em um único metaconceito, correspondente a *accountability*, própria dos governos democráticos.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II.